

Emília anuncia frente em defesa dos direitos da mulher

Bancadas femininas da Câmara e do Senado fazem trabalho integrado destinado a colocar em votação projetos que tramitam nas duas Casas do Legislativo em favor dos direitos da mulher

Senado desmente notícia sobre despesas

A manutenção da piscina da residência oficial do presidente do Senado não custa R\$ 5 mil ao mês, mas apenas R\$ 150,00. Esta é uma das acusações veiculadas pela imprensa no fim de semana e desmentidas em nota da Diretoria Geral do Senado, lida em plenário ontem pelo presidente da sessão, senador José Bianco. Ponto por ponto, a nota rebate as diversas acusações, apresentando os fatos em contraposição à versão divulgada pela imprensa. Página 3

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) anunciou ontem que as bancadas femininas da Câmara e do Senado estão fazendo um trabalho integrado destinado a colocar em votação projetos que tramitam nas duas Casas do Legislativo em favor dos direitos da mulher. "É uma iniciativa acima de siglas partidárias, já priorizamos 30 projetos e apelamos aos presidentes do Senado e da Câmara para que sejam colocados em votação", disse ela.

Afirmando que a discriminação contra a mulher persiste, apesar de todos os avanços verificados nos últimos anos, Emília Fernandes disse que aqueles projetos visam a eliminar as desigualdades legais que ainda prejudicam a mulher, especial-

mente normas constantes do Código Penal. "Só entendemos que essa luta se dará de forma equilibrada se for encaminhada por homens e mulheres", frisou a senadora, lamentando que em um grupo de 81 senadores haja apenas cinco representantes do sexo feminino.

A senadora destacou o respeito com que os senadores tratam a bancada feminina, mas ressaltou: "Nós precisamos de mais do que respeito, precisamos que os homens sejam nossos parceiros nas denúncias, queremos que toda a sociedade se dê conta de que as mulheres querem chegar ao poder, inclusive para questionar esse poder que aí está".



Emília Fernandes

Emília Fernandes fez essas considerações ao registrar que, ao lado de outros parlamentares, esteve no último fim de semana em Belém (PA), participando de uma reunião da União de Vereadores do Norte e Nordes-

te para debater os problemas daquelas regiões. A senadora elogiou os organizadores do evento, especialmente o presidente da União de Vereadores do Pará, pela realização de um encontro que contou com a participação de mais de 700 representantes municipais, para discutir questões de igualdade, valorização do ser humano, combate à violência e a importância da mulher em cargos de poder.

NESTA EDIÇÃO

Nabor aponta crescimento da malária no AC

Página 2

Cabral denuncia obstáculos à Zona Franca

Segundo o senador, as dificuldades impostas à Suframa avolumaram-se a partir de 95, criando clima de incerteza para um órgão que tem 29 anos de atuação em benefício da Amazônia. Página 4

Governo trai compromisso, diz Dutra

O senador José Eduardo Dutra (PTSE) afirmou ontem que o governo Fernando Henrique Cardoso está traindo compromissos publicamente assumidos para o programa de privatização, ao desmembrar a



José Dutra

Light fluminense da paulista e ao aceitar as chamadas moedas podres (títulos emitidos pelo Tesouro com resgate por valor abaixo do facial) como parte do pagamento na venda da estatal.

Segundo o senador, o governo havia prometido não "sepa-

rar o filé do osso" e receber somente dinheiro na alienação das estatais. Com a mudança de posição, conforme Dutra, o preço da empresa sofrerá uma redução de US\$ 400 milhões.

Dutra acusou o governo de se submeter à "chantagem" dos investidores, acatando o argumento de que o valor fixado para a Light, de US\$ 2,7 bilhões, é muito alto para o mercado.

Em aparte, o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) afirmou que não vê nenhum inconveni-

ente na aceitação de títulos do governo na privatização da companhia, pois "esses títulos são autorizados pelo Senado, que nunca exigiu liquidez dos mesmos", admitindo inclusive sua rolagem. Kleinübing disse que o importante é que a venda seja bem feita, através de um processo transparente.

Dutra, em resposta, lembrou que o ministro do Planejamento, José Serra, havia garantido que era um compromisso de governo a condução do programa de privatização com admissão de pagamento apenas em moeda corrente.

Júlio Campos propõe maior rigor na habilitação de piloto

Projeto ataca o problema da baixa qualificação, decorrente de treinamento insuficiente, apontado como principal causa das tragédias

Maior rigor para a concessão de certificado de habilitação técnica para pilotos civis de aviões a jato é o que estabelece projeto encaminhado à tramitação pelo senador Júlio Campos (PFL-



Júlio Campos

MT), que manifestou-se preocupado em melhorar as condições de segurança dos vôos. O recente acidente aéreo envolvendo o grupo Mamonas Assassinas foi o que levou Júlio Campos a apresentar a proposta.

Conforme o projeto, para obter o certificado de habilitação técnica o profissional deverá apresentar licença de piloto comercial de avião, com habilitação na classe multimotor e com qualificação para vôo por instrumentos, além de certificado de treinamento em simulador de vôo específico para aeronave do mesmo tipo.

A proposição de Júlio Campos determina também que o piloto somente será qualifica-

do para o comando de aeronaves de motor a turbina se houver cumprido, no mínimo, 600 horas de vôo como co-piloto em aeronave da mesma categoria.

O senador esclarece, na justificativa, que seu projeto "está fundamentado em declarações de profissionais da área de aviação, que apontam a baixa qualificação profissional dos pilotos, decorrente de treinamento insuficiente, como a causa principal das tragédias".

Campos observa que houve um aumento expressivo do número de empresas de táxi aéreo, que necessitam de pilotos de jato melhor qualificados.



Marina Silva

Marina destaca manifesto contra governador

A senadora Marina Silva (PT-AC) comunicou ontem ao plenário que o prefeito de Rio Branco, Jorge Viana, a vice-prefeita, Regina Lino, e todos os secretários municipais publicaram manifesto no final de semana, nos jornais do Acre, afirmando que o governador Orleir Cameli, acusado de várias irregularidades, só tem um caminho: ou renuncia ou enfrenta o *impeachment* da Assembléia Legislativa.

DENÚNCIAS

Novas denúncias contra o governador do Acre, conforme Marina Silva, foram publicadas no domingo pelo jornal *A Gazeta*, onde se afirma que Orleir Cameli devastou terras pertencentes a reservas indígenas no vale do Juruá. "Deve ser constrangedor para qualquer autoridade federal receber um governador com tantas acusações. Com isso, só a população sai perdendo", ressaltou.

O senador Nabor Júnior, em aparte, informou ter recebido informações de que o governador Orleir Cameli determinou à bancada que o apóia na Assembléia Legislativa "que encerre em uma semana o processo de *impeachment*, se possível sem ouvir ninguém".

Nabor culpa demissões na Sucam pelo aumento da malária no Acre

O Acre registrou no ano passado 36 mil casos de malária, disse ontem o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), ao dirigir apelo ao ministro da Saúde, Adib Jatene, lembrando sua condição de acreano de Xapuri, para que melhore a assistência médica no estado e intensifique as ações de combate a essa epidemia.

Nabor Júnior criticou as demissões de funcionários da Sucam durante o governo Collor, observando que eram esses técnicos os responsáveis pelo combate ao mosquito transmissor da doença.

Também disse que, apesar de registrados 3,6 mil casos de malária em Rio Branco, em apenas dois meses deste ano, a Fundação Nacional de Saúde ainda não considera que haja um surto endêmico da doença na capital acreana.

-Trata-se de um caso para as autoridades de saúde tomarem providências imediatas. Nessa altura, quando a



Nabor Júnior

medicina evoluiu tanto, é impossível que uma situação dessas perdure - disse o senador. Ele lamentou que, quase um século depois da ocupação da Amazônia, o Norte do país ainda se defronte com uma epidemia rural como a malária.

Em aparte, a senadora Marina Silva afirmou que também se registra no Acre incidência do vírus da hepatite A, B e C.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado
COMISSÕES

18h - Comissão Especial destinada ao Estudo do PLC

nº 73/94, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Pauta: Votação do relatório preliminar. Local: Sala 13 - Ala senador Alexandre Costa.

Carta mostra a Danuza atuação dos senadores

O diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, enviou correspondência à colunista Danuza Leão, do *Jornal do Brasil*, esclarecendo que, ao contrário do que ela afirmara em sua coluna naquele jornal, o Senado Federal funcionou plenamente no dia 28, com a presença de 70 senadores, o que representou índice de 86,4% de presenças. Deixou claro que o plenário naquele mesmo dia apreciou e aprovou diversos projetos de lei, entre eles o que concede anistia das multas impostas pelo Tribunal Superior do Trabalho aos sindicatos dos petroleiros e o que autoriza o repasse da administração de portos e rodovias federais aos estados e municípios.

O secretário de Comunicação Social destacou ainda que das sete comissões permanentes do Senado, cinco reuniram-se normalmente na quinta-feira, dia 28. Citou que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional discutiu nove projetos e aprovou oito; a Comissão de Assuntos Sociais examinou 11 projetos, concluindo pela aprovação de dez; enquanto a Comissão de Fiscalização e Controle apreciou e aprovou quatro matérias. Em reunião extraordinária a Comissão de Assuntos Econômicos, no mesmo dia, ouviu o ex-governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, e Marco Maciel, da empresa KPMG, sobre o caso Banespa.

Em sua carta Mesquita ressaltou que, ao contrário da nota divulgada por Danuza Leão, o Senado teve em 28 de março um dia produtivo e de muito trabalho.

Senado desmente notícia sobre despesa com imóveis funcionais

Nota da Diretoria Geral informa que reformas foram realizadas com base em laudos técnicos e não atingiram os montantes noticiados

Nota distribuída ontem pela Diretoria Geral do Senado, e lida em plenário pelo senador José Bianco (PFL-RO), que presidia a sessão, desmente pontos de notícia publicada em jornal, no domingo. O *Jornal do Brasil* noticiou que "a conservação da piscina de Sarney custa cerca de R\$ 5 mil mensais". A verdade, conforme a nota, é que a manutenção da piscina da casa oficial do presidente do Senado custa apenas R\$ 150 por mês, conforme contrato publicado no Diário Oficial no dia 5 de janeiro último.

Diz ainda a nota que a casa oficial do presidente do Senado não era reformada há 20 anos, ao justificar as obras ali realizadas. Conforme explicação do diretor-geral, por lei todo senador tem direito a um apartamento funcional mobiliado.

A nota esclarece ainda não ser verdade que o Senado gastou R\$ 850 para "lubrificar as portas do apartamento do senador Gilberto Miranda". Na verdade, o Senado pagou pela manutenção de portas e troca de ferragens na ala onde se localiza o gabinete do senador Gilberto Miranda (dezenas de gabinetes, cada um com várias portas). Esta é a nota distribuída pela Diretoria Geral:

"Com referência às matérias publicadas pela imprensa neste final de semana, a administração da Casa tem a informar:

I - Desde a transferência da Capital da República para Brasília, nos termos do Regimento do Senado, é obrigatória a destinação de um apartamento funcional mobiliado para cada Senador.

Para a atual Legislatura, a distribuição dos imóveis obedeceu os termos do Ato nº 4/



O senador José Bianco leu em plenário a nota da Diretoria Geral

95, do Primeiro-Secretário, publicado no Diário do Congresso Nacional - Sessão II, de 25 de abril de 1995;

II - A cada oito anos, ao início de uma nova Legislatura, é sempre necessária a reforma física de alguns apartamentos, reforma de móveis e substituição de móveis e eletrodomésticos que se encontram sem condições de uso, atestado em laudo técnico;

III - As aquisições de móveis e reformas de apartamentos, como citado no caso dos senadores Jefferson Peres, Benedita da Silva e outros, obedeceram às exigências da Lei nº 8.666/93 (lei de licitações e contratos), combinado com o Ato nº 17/95, da Comissão Diretora, que define competências para autorizações no âmbito do Senado;

IV - Todas as aquisições são tombadas e escrituradas contabilmente, somando ao patrimônio do Senado Federal;

V - A residência oficial da Presidência (patrimônio do Senado Federal) não era reformada há 20 anos - a recuperação do imóvel atrasou em nove meses a sua ocupação pelo atual Presidente do Senado;

VI - A manutenção da piscina da residência oficial custa R\$ 150,00 por mês (contrato

publicado no Diário Oficial no dia 05/01/96) e não os R\$ 5.000,00 citados na matéria;

VII - Quanto à lubrificação de portas na residência do Senador Gilberto Miranda, como cita a matéria, esta, na verdade, não ocorreu. O que houve foi o serviço de manutenção de portas e troca de ferragens na ala onde se localiza o gabinete do mesmo Senador no Senado Federal;

VIII - Os revestimentos trocados no apartamento do Senador Jader Barbalho, como cita a matéria, foram feitos mediante critérios técnicos do órgão de engenharia, sem qualquer consulta a familiares do Senador;

IX - Cumprindo determinação do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, todos os processos de reformas de apartamentos e aquisições de móveis e eletrodomésticos estão sendo examinados por Comissão de Sindicância, constituída sob Portaria nº 19/96, do Diretor-Geral.

Convém destacar que o Senado Federal conseguiu realizar, conforme comprova a proposta orçamentária para 1996, uma redução de despesas da ordem de R\$ 40 milhões, se confrontado com o orçamento de 1995".

Cabral denuncia obstáculos à Zona Franca

Segundo senador, as dificuldades impostas à Suframa aumentaram de 95 para cá, gerando um clima de incerteza altamente prejudicial a um órgão que há 29 promove o desenvolvimento



Ramez Tebet

Tebet destaca 37º aniversário de Inocência

A comemoração do 37º aniversário de emancipação do município de Inocência, em Mato Grosso do Sul, foi registrada ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Com 6.800 habitantes, Inocência, de acordo com Tebet, já está ligada por estrada pavimentada à capital, Campo Grande, e pleiteia atualmente ligação asfáltica com outras cidades importantes do estado.

EDUCADOR

Tebet afirmou também que a morte do professor Fauze Gatass, ocorrida na última semana, representou uma perda para a educação. Formado em engenharia civil, Fauze foi reitor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

"A opção de Fauze pela educação encontrou ambiente propício para prosperar ao unir seu temperamento forte e determinado com a busca da realização humana", disse Tebet.

Ao defender o fortalecimento da Zona Franca de Manaus, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse ontem que nas discussões sobre a sua atual situação, não tem havido, por parte de alguns membros do governo federal, a seriedade que o assunto exige.

O senador afirmou que aquele empreendimento é o único que deu certo em toda a história do desenvolvimento regional da Amazônia, acrescentando que 95% do produto interno bruto da economia amazônica dependem, direta ou indiretamente, da ação da Zona Franca.

- A partir de 1995, coincidindo com o início do atual



Cabral

governo federal, que tem na presidência um verdadeiro estadista, as dificuldades impostas à Suframa avolumaram-se de forma crescente, existindo nos dias atuais um clima de incerteza altamente prejudicial à vida do órgão, que poderá pôr em risco todo o trabalho realizado nos últimos 29 anos em prol do desenvolvimento da Amazônia Ocidental - disse.

ESTUDO

Bernardo Cabral destacou estudo denominado "Obstáculos à Zona Franca de Manaus", elaborado pelo economista Ronaldo Bomfim, que aponta as principais causas para o quadro de dificuldades que a Zona Franca de Manaus en-

frenta hoje.

Entre os obstáculos para o fortalecimento da Suframa, o senador citou o seu enfraquecimento institucional; o contingenciamento das importações; a instabilidade das normas operacionais; o entrosamento com o Mercosul; a guerra fiscal entre estados; o custo Amazônia; a redução das alíquotas do imposto de importação; a especialização industrial; a zona franca do Paraguai e a da Bolívia, e o precário relacionamento do empresariado com o governo.

Segundo Bernardo Cabral, o enfraquecimento da Zona Franca acentuou-se em 1995, com a criação em Brasília de um Comitê Interministerial, sem a participação de nenhum representante do órgão.

Ignácio pede apoio a cafeicultores capixabas

A anunciada disposição do governo de leiloar 1 milhão e 800 mil sacas de café de seus estoques reguladores beneficiará os produtores de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, em detrimento dos cafeicultores capixabas, afirmou o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), que dirigiu apelo à ministra da Indústria, do Comércio e do Turismo, Dorothea Werneck, para que seja reexaminada a questão.

Embora reconheça que a medida é salutar para o comércio externo, o senador sugeriu, em correspondência enviada à ministra, fórmulas

de ressarcimento dos prejuízos que atingirão os produtores do Espírito Santo. Segundo ele, a liberação dos estoques reguladores do governo provocarão acentuada redução do preço de venda no mercado interno.

Entre os estados produtores, o Espírito Santo é o único que inicia sua colheita no próximo mês, disse. Nos outros estados, segundo o senador, quando os dois últimos leilões estiverem sendo realizados, dentro de seis meses, o café já estará cotado aos preços de hoje. Além



Ignácio

de obterem preço justo, afirmou José Ignácio, os produtores mineiros, paulistas e paranaenses também serão aquinhoados com os financiamentos oriundos dos 40% de cada leilão.

- O Espírito Santo, infelizmente, perderá nas duas frentes - lamentou. Conforme avaliação da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo, a saca de café capixaba, orçada hoje em R\$ 129, deverá sofrer um deságio superior a 60%, fixando-se em pouco mais de R\$ 50.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotonio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando César Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima e Domingos Mourão Neto
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Bezerra de Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal